

PROVA ESCRITA GERAL

20 - Janeiro - 1991

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÕES

TODAS AS QUESTÕES DEVEM SER JUSTIFICADAS MENCIONANDO-SE, SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO PERTINENTE

1ª Questão - (40 (quarenta) pontos)

Aberta concorrência pública, pelo sistema de preço base, para construção de uma escola-modelo, cujo edital estabelece preço máximo para o respectivo contrato, todas as propostas apresentadas excedem a esse limite.

A Comissão de Licitação promove negociação direta com um dos licitantes e dele obtém redução do preço, mediante pequena simplificação do projeto da obra.

Outro dos licitantes impugna o contrato, em recurso ao órgão superior, alegando nulidade do ato de adjudicação.

Qual a sua opinião?

2ª Questão - (30 (trinta) pontos)

Caracterize o vício de finalidade nos atos administrativos discricionários e formule exemplo de sua incidência.

3ª Questão - (30 (trinta) pontos)

Indique e defina, sucintamente, as espécies de sanções a que está sujeito, pela prática de ato ilícito em execução orçamentária, o administrador público.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÕES

TODAS AS QUESTÕES DEVEM SER JUSTIFICADAS MENCIONANDO-SE, SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO PERTINENTE

1ª Questão - (50 (cinquenta) pontos)

Não obstante o disposto no art. 301, II, do CPC, pode o Réu, citado, ingressar nos autos apenas para argüir a incompetência absoluta do Juízo, deixando para contestar somente no fim do prazo para resposta?

2ª Questão - (50 (cinquenta) pontos)

Incide o comando do art. 319 do CPC nas desapropriações e nos mandados de segurança?

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÕES

TODAS AS QUESTÕES DEVEM SER JUSTIFICADAS MENCIONANDO-SE, SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO PERTINENTE

1ª Questão - (50 (cinquenta) pontos)

Pode o Presidente da República editar medida provisória alterando o art. 121 do Código Penal para alcançar crime praticado antes da apreciação da mesma pelo Congresso Nacional?

2ª Questão - (50 (cinquenta) pontos)

O Estatuto de determinada sociedade de economia mista, companhia aberta, estabeleceu que não podiam ser eleitos membros do Conselho de Administração acionistas com mais de 70 anos. É constitucional a regra estatutária?

DIREITO CIVIL E COMERCIAL

QUESTÕES

TODAS AS QUESTÕES DEVEM SER JUSTIFICADAS MENCIONANDO-SE, SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO PERTINENTE

1ª Questão - (60 (sessenta) pontos)

O proprietário de um rebanho de gado "vacum", vendeu cinco bezerros que, em determinado ano, deveriam nascer como descendentes de touros reprodutores dessa manada.

O preço ajustado, e antecipadamente pago pelo comprador, foi de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), na base declarada de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) para cada animal, constando da cláusula sexta do instrumento de compra e venda que, ao comprador, não assistirá direito de abatimento no preço global caso o número de crias efetivamente havidas venha a ser inferior ao esperado.

Tendo nascido, nesse ano, apenas três dos cinco animais vendidos, o comprador, dez meses após, ajuizou ação contra o vendedor, pleiteando a rescisão parcial do contrato:

I) com a restituição de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), correspondentes ao preço dos dois bezerros não havidos, sob a alegação de que a cláusula sexta do respectivo instrumento não pode subsistir porque: a) importa em admitir, como existente e válida, relativamente a essas duas vezes, uma compra e venda sem objeto, ou seja, desprovida de um elemento essencial a todo e qualquer contrato; b) enseja, em benefício do vendedor um enriquecimento sem causa, o que é vedado pelo Direito e pela Moral;

II) com a restituição de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), pois que um dos bezerros, conforme laudo veterinário apresentado, possuía um defeito congênito que o tornava imprestável para a reprodução.

Pergunta-se: procede a primeira pretensão do comprador? e a Segunda?

2ª Questão - (40 (quarenta) pontos)

Uma sociedade anônima, que tem por objeto a compra e venda de imóveis para revenda é civil ou comercial? Por quê? E se fosse uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada?

DIREITO TRIBUTÁRIO

QUESTÕES

TODAS AS QUESTÕES DEVEM SER JUSTIFICADAS MENCIONANDO-SE, SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO PERTINENTE

1ª Questão - (50 (cinquenta) pontos)

Em face do disposto no art. 151, III, da vigente Constituição Federal, o Secretário de Fazenda de determinado Estado editou ato normativo estipulando que, a partir da entrada em vigor do novo sistema tributário, ficariam revogadas todas as isenções de impostos concedidas com base no art. 19, §2º da Constituição de 1967, que permitia à União Federal conceder isenção de impostos estaduais e municipais.

Responder se é válido esse ato normativo do Secretário.

2ª Questão - (50 (cinquenta) pontos)

Diante das normas da Constituição Federal de 1988, seria lícita a instituição, por lei estadual, de imposto de transmissão *causa mortis*, com alíquotas diferenciadas em função da espécie ou grau de parentesco entre herdeiros, legatários e o autor da herança?

DIREITO DO TRABALHO

QUESTÕES

TODAS AS QUESTÕES DEVEM SER JUSTIFICADAS MENCIONANDO-SE, SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO PERTINENTE

1ª Questão - (60 (sessenta) pontos)

Determinado empregador institui gratificação de antiguidade, sob forma de triênio, calculada no valor de 10% do salário vigente na data da aquisição do direito, a ser paga mensalmente. Estabelece, também que o valor da gratificação, uma vez adquirido o direito, permanecerá fixo e irrevogável, até que se complete novo triênio, quando então o percentual será elevado para 20%, incidentes sobre o salário da data da aquisição do direito, mantidas as demais condições.

É válida a cláusula que torna a gratificação irrevogável no curso de cada triênio?

2ª Questão - (40 (quarenta) pontos)

Em reclamação trabalhista entre um servidor e o Estado do Rio de Janeiro, após ser julgado procedente o pedido pela Junta de Conciliação e Julgamento, o Juiz Presidente nega seguimento ao recurso ordinário interposto, declarando-o intempestivo, por haver sido protocolizado no 17º dia a contar da data da expedição da notificação para ciência da sentença.

Pergunta-se

I - Tem o Juiz competência para praticar tal ato, sem o voto dos vogais?

II - Qual o recurso cabível de tal decisão e qual a forma e requisitos para sua interposição?

III - Quais as razões que você, como Procurador do Estado, ofereceria para defender a tempestividade do recurso?

PROVA ESCRITA ESPECÍFICA

13 - Abril - 1991

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÕES

TODAS AS QUESTÕES DEVEM SER JUSTIFICADAS MENCIONANDO-SE, SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO PERTINENTE

1ª Questão - Valor: 25 pontos

Caracterize o elemento motivo do ato administrativo e como, em relação a ele, poderá ocorrer o desfazimento do ato.

2ª Questão - Valor: 20 pontos

Um brasileiro, titular de uma patente de explosivo de excepcional potência, resolve industrializá-la no País, decidindo instalar uma fábrica de ogivas não nucleares para mísseis, em determinado município do Estado do Rio de Janeiro.

Que atos de consentimento serão necessários e qual a natureza jurídica da competência exercida?

3ª Questão - Valor: 15 pontos

Pode o orçamento anual contrariar dispositivos da lei de diretrizes orçamentárias anteriormente editada?

4ª Questão - Valor: 20 pontos

Um Estado da Federação, tendo em vista o interesse na solução do problema gerado pela superpopulação dos estabelecimentos penais existentes, se propõe a construir novo presídio.

A Secretaria de Obras do Estado indaga à Procuradoria:

a) existindo empresa estadual, criada por lei para a execução de obras públicas, é obrigatório atribuir-lhe a construção do novo presídio?

b) poderá o Estado contratar, sem licitação, empresa pública municipal que tem como finalidade atender à realização de construções públicas, para executar a obra do novo presídio?

5ª Questão - Valor: 20 pontos

Governador do Estado, preocupado com o grande número de autuações por infrações ambientais que não estão sendo atendidas por vários estabelecimentos industriais de um subúrbio densamente povoado, pressionado pela opinião pública, que reclama ação mais enérgica em defesa do meio-ambiente, determina à empresa estadual de águas que corte pela metade o abastecimento das fábricas indicadas pela fiscalização como omissas ou remissas no cumprimento das autuações.